

Carta aberta sobre o Pronunciamento do Ministro da Saúde do Brasil

O pronunciamento do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, em cadeia nacional de rádio e TV, ontem (17 de abril de 2022), no qual ele defendeu o final da emergência de saúde pública de importância nacional (ESPIN) representada pela COVID-19, no Brasil, não está respaldado pelo cenário epidemiológico nem pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e representa mais uma ação do governo federal contra o povo brasileiro.

Apesar de acompanharmos com esperança a redução da taxa de disseminação do vírus, e também a diminuição de novas infecções, hospitalizações e morte, a epidemia não acabou no nosso país. O Brasil somou 30.209.276 casos confirmados de COVID -19 e 661.710 óbitos desde o início da pandemia. Na última quarta-feira (13), a média móvel de mortes nos últimos sete dias foi de 133, a mais baixa em três meses, com uma variação de -38%, em comparação à média de 14 dias. Quanto aos novos diagnósticos, na mesma data, foram 28.785 novos casos de COVID -19, em 24 horas, com uma média móvel de casos nos últimos sete dias de 20.430, e uma variação de -21% em relação a duas semanas atrás¹.

O Brasil possui mais de 162.407.340 (75,6%) pessoas que completaram o primeiro ciclo vacinal (duas doses ou dose única de uma vacina antiovírica), e cerca de 82,1% da população tomaram ao menos a primeira dose de uma vacina antiovírica e estão parcialmente imunizadas, mas o final da emergência sanitária significa acabar com a tramitação para aprovação em caráter de urgência de insumos como vacinas e medicamentos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), ainda em um cenário de cobertura vacinal não homogênea no país. A decisão também pode induzir a interrupção intempestiva do uso de máscaras em locais fechados e ambientes com aglomeração, a não vacinação em crianças, a permanência de populações incompletamente vacinada, todas medidas que favoreceriam o surgimento de novas variantes ou os repiques de novos casos.

Por decisão unânime do comitê de emergência da Organização Mundial da Saúde (OMS), a COVID-19 continua a ser considerado uma emergência de Saúde Pública Internacional². No último dia 13, o comitê reafirmou que a circulação da doença ainda está muito ativa e a mortalidade segue elevada, apesar da diminuição de casos e mortes nas últimas três semanas. Por isso, precisamos evitar mais essa ação do governo federal contra os brasileiros e destacar o crescimento dos casos na China e nos Estados Unidos. Como disse Didier Houssin, presidente do comitê de emergência da OMS,, “Não é hora de baixar a guarda”... “Não é o momento de relaxar [as medidas] a respeito deste vírus, nem de descuidar da vigilância, dos testes e dos relatórios. Nem de relaxamento nas medidas sociais e de saúde pública, nem de renúncia na vacinação”.

¹ Os dados são do Consórcio de veículos de imprensa coletados criado para monitorar a pandemia. As informações são recolhidas pelo consórcio diariamente com as Secretarias Estaduais de Saúde (medscape.com/verartigo/6507782, acessado em 18/04/2022, as 15h13)

² <https://www.istoedinheiro.com.br/comite-de-emergencia-da-oms-recomenda-nao-baixar-a-guarda-contr-a-covid/>, acessado em 18/04/2022, as 15h58

Diante do exposto, as entidades e movimentos organizados da sociedade civil, abaixo assinadas, se posicionam contra a medida anunciada pelo Sr. Ministro da Saúde.

Rede Solidária em Defesa da Vida, PE (RedeSol-PE);

Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO)

Academia Pernambucana de Ciências (APC);

Associação Brasileira de Médicas e Médicos pela Democracia (ABMMD);

Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares (RNMP);

Associação Rede Unida;

Movimento Psiquiatria, Democracia e Cuidado em Liberdade;

Secretaria Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em Pernambuco;

Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade;

Rede Estadual de Monitoramento da Política Indígena de Pernambuco.

Recife, 18 de abril de 2022